

## Agenda e calendário de atividades são discutidos em reunião do CDE

Na última sexta-feira, 15, representantes de milhares de servidores públicos federais de vários estados do Brasil, reuniram-se em Brasília no encontro do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), na qual foram repassados os últimos informes sobre reuniões com o Ministério do Planejamento e demais demandas de interesse da categoria, como pauta de negociação coletiva e direito de greve.

Afetada com a publicação do decreto 7.056/56, a Fundação Nacional do Índio (Funai) também fez parte da pauta de discussões da reunião. Como medidas contra o Decreto, a Condsef irá realizar um ato nacional e um encontro nacional dos trabalhadores do órgão, ambos a serem agendados. Entretanto, a Confederação já iniciou a luta para que o decreto que extingue diversas administrações regionais da Funai seja revogado, e uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Funai, já foram solicitadas. Um dos pontos pretendidos pela Condsef, é que o governo garanta a lotação dos servidores durante o processo de negociação que busca abertura de discussão sobre o tema.

Como parte do calendário de atividades definido pelo CDL está um encontro nacional dos trabalhadores da área do transporte.

Os servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Ministério dos Transportes, ANTT, ANTAQ e DFMM devem ir à Brasília, no próximo dia 25 de fevereiro para discutirem sua agenda de reivindicações.

A Confederação irá ainda encaminhar ofício ao presidente do Instituto Chico Mendes, no qual irá solicitar a garantia de um termo aditivo com a Geap até que o Supremo Tribunal Federal (STF) tome decisão em relação aos planos de saúde dos servidores federais. A Condsef pretende solicitar à Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento uma reunião na qual irá discutir os valores de contrapartida que estão sendo pagos pelo governo para os servidores dos Ex-Territórios, pois os valores estão muito aquém do que determina a Portaria do Planejamento.

Por sua vez, o Ministério da Saúde e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) serão convocados pela Confederação para que possam discutir a situação dos pensionistas, questões ligadas ao Mandado de Injunção (MI) 880, além de propor o monitoramento sobre a abertura do termo de opção para adesão à CPTS.

### MTE irá realizar fóruns estaduais e nacional

Na última quarta-feira, 13, a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) e outras entidades se reuniram com a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento, na qual defenderam a implantação de uma carreira específica para o setor.

Durante a reunião os servidores fizeram uma exposição de motivos aos gestores e técnicas em carreira da SRH (veja o material completo na página do Sindsep/MA: [www.sindsep.org.br](http://www.sindsep.org.br)). O plano plurianual do próprio MTE serviu de base para argumentação da categoria que se baseou na necessidade de implantação de uma carreira para reestruturar o setor.

Durante a reunião, a Secretaria Executiva do MTE acordou com o Comando Nacional de Mobilização a realização de fóruns estaduais que irão levantar as principais deficiências enfrentadas pela instituição.

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Maranhão em conjunto com o Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão (Sindsep/MA), irão convocar o fórum estadual que deverá acontecer até o dia 02 de fevereiro, pois o fórum nacional acontece nos dias 03 e 04 de fevereiro.

Em outra reunião com André Figueiredo, secretário-executivo do MTE, foram negociadas condições para compensação dos dias parados em função de paralisação realizada no ano passado. A Condsef trabalha para que nenhum servidor sofra prejuízos pela participação no movimento. Além do aspecto financeiro, a entidade segue lutando para que nenhum servidor sofra represálias em seus locais de trabalho. Servidores que se sentirem prejudicados devem denunciar a situação às suas entidades filiadas nos estados para que providências possam ser tomadas.